

Editorial

A “Majestade” chora a morte de seus protetores.

“Essas árvores que têm na Amazônia são minhas irmãs. Eu sou filho da floresta, vivo dela, dependo dela, faço parte dela...”

(Zé Claudio durante um evento em Manaus (<http://www.tedxamazonia.com.br/tedtalk/ze-claudio>))

José Cláudio Ribeiro da Silva (Zé Claudio) e Maria do Espírito Santo da Silva (D. Maria) consideravam a floresta o maior bem que possuíam. A frase que abre esse editorial, proferida pelo Zé Claudio durante um evento na cidade de Manaus, não deixa dúvida sobre a integração de suas vidas e suas práticas com a floresta que possuíam em sua pequena propriedade. O casal era entusiasta da criação de uma modalidade de assentamento que primasse pela conservação da floresta em pé, o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE). Conhecedores da dinâmica agressiva sobre os recursos florestais na região, transformaram o próprio lote no PAE Praia Alta Piranha, em Nova Ipixuna, no Pará, em uma fortaleza para resistir à derrubada de árvores que consideravam como irmãs. Suas armas eram a criatividade, o respeito pela floresta, o conhecimento das espécies e de suas utilidades e a palavra. Em um trecho de sua fala no evento já citado em Manaus, Zé Claudio disse:

“[...] quando eu vejo uma árvore encima de um caminhão, indo pra serraria, me dá uma dor. É mesmo que estar vendo um cortejo fúnebre levando um ente mais querido que você tem. Porque é vida. É vida para mim que vivo na floresta. É vida pra vocês que vivem nos centros urbanos. Porque ela tá lá purificando o ar. Ela tá lá dando retorno pra nós”
(idem).

No lote do Zé Claudio e D. Maria existe uma castanheira centenária a qual denominaram “Majestade”. Todos os visitantes eram levados a reverenciar a Majestade. Lá, aos pés da Majestade, Zé Claudio dava aulas de ecologia, do uso da floresta, da convivência com a floresta, da bondade da floresta para com os homens, e, explicava, pacientemente, como os homens deveriam retribuir.

Não eram muitas as exigências: Bastava que não derrubassem as árvores (como ele dizia, “elas são nossas irmãs”).

Por meio de cálculos complexos, e simples ao mesmo tempo, ele explicava que a renda da floresta em pé era suficiente para garantir o sustento de uma família. E, se duvidassem, ele apresentava seu próprio exemplo.

A moradia do casal era repleta de engenhosidades. Pequenas máquinas para extrair óleos vegetais, cipós e restos de madeiras para artesanatos, cestos prontos, pequenos bancos em forma de animais (borboletas, tatu, etc.) que se misturavam a outros produtos colhidos na floresta como castanhas e sementes de andiroba. Um verdadeiro *continuum* entre a morada, o

homem e a floresta.

Ficamos imaginando se a “Majestade” pudesse sair do seu cantinho lá na floresta o que ela faria. Talvez com a sua sabedoria fizesse o que os homens embaçados pela cobiça, ganância e ignorância não sabem fazer. Tolerar as diferenças, proteger o mais frágil, limitar a ação dos mais fortes, respeitar as limitações dos indivíduos, repartir conforme a necessidade, cultivar a beleza e usar da natureza só o necessário. Temos a impressão que Zé Claudio e D. Maria aprenderam essas lições em intensos diálogos com a “Majestade”. Quem viu e ouviu Zé Claudio falando aos pés da “Majestade” nunca duvidará que, para aquele homem, as árvores eram suas irmãs.

No entanto, foi este senso de respeito por um patrimônio comum e as palavras do casal que decidiram seu trágico destino. Foi por meio das palavras que ambos começaram a denunciar a ação criminosa de madeireiros dentro e no entorno do PAE. E, as inúmeras denúncias junto a órgãos como IBAMA e Secretaria de Meio Ambiente, despertaram a ira de pessoas que viam na exploração ilegal de madeira unicamente sua viabilidade econômica pessoal. A partir de então, em 2008, as práticas de intimidação, que já eram usuais, se intensificaram. O casal chegou a solicitar providências das autoridades para garantir sua integridade física, mas nada foi feito. Zé Cláudio e D. Maria nada mais faziam do que exercer seu direito, subjetivo e garantido por lei, de denunciar o crime de madeireiros, carvoeiros e de exploradores ilegais da floresta. E, em virtude desse exercício ético e responsável de cidadania, tiveram suas vidas ceifadas,

O brutal assassinato de Zé Claudio e D. Maria tem um enredo conhecido na Amazônia brasileira e, especificamente, no sudeste do Pará: Quando os interesses das ainda existentes oligarquias locais são ameaçados, mecanismos ilegítimos de violência e coerção física são utilizados e resultam na morte seletiva daqueles que enunciaram não somente seus direitos, mas também os de outrem. Historicamente a impunidade dos mandantes desses crimes têm sido a regra, e, inclusive, o envolvimento pessoal de agentes oficiais da repressão do Estado é tolerado.

No dia 24 de maio de 2011, uma tocaia armada por “pistoleiros”, escondidos em uma estrada que Zé Claudio e D. Maria usavam no trajeto entre seu lote e a cidade de Nova Ipixuna, desferiram os disparos mortais contra o casal. Não satisfeitos com a crueldade praticada, ainda deceparam a orelha de Zé Claudio, provavelmente para servir de prova da encomenda realizada. Esse tipo de crueldade foi muito comum no período do coronelismo no nordeste brasileiro e agora está sendo reeditado na Amazônia. Dias antes, a casa do Zé Claudio e D. Maria havia sido rondada por pistoleiros e alguns de seus animais domésticos foram alvejados. E, por ironia, no dia do assassinato, Zé Claudio e D. Maria estavam saindo de sua casa para procurar segurança na cidade, dado que, aparentemente, o Estado era incapaz de fornecer segurança. Infelizmente, não tiveram tempo de chegar a um lugar seguro.

E, desta forma, o Ano Internacional da Floresta segue marcado por injustiças, impunidades, descasos com as pessoas, suas escolhas e seus direitos. Espera-se que o governo brasileiro não deixe que Zé Cláudio e D. Maria sejam apenas mártires (como tantos outros produzidos na Amazônia) e muitos menos que sejam uma mera estatística criminal. Certamente precisamos

de códigos e leis. E, certamente, o debate democrático acerca dos mesmos é necessário. No entanto, sabemos que não existe Democracia quando o direito de matar os dissidentes é assegurado pela frouxidão na garantia do direito fundamental à vida. A Amazônia e os “povos da floresta” não necessitam mais de mártires, mas de pessoas vivas, compromissadas e éticas, que os mantenham. Eles não necessitam de mais violência. Eles têm o direito – constitucional – à dignidade, liberdade de expressão, autonomia e ao exercício da cidadania.

Em qualquer lugar, e principalmente no Brasil que se diz uma Democracia, não é admissível que pessoas possam ser assassinadas pela divergência e pelo exercício de seus direitos. Aliás, não é possível haver “dois Estados” e “duas Leis” em um só país, afinal, uma Lei que vale apenas alguns, não é Lei.



Foto: Zé Cláudio e Dona Maria
Fonte: Arquivo CSN

“Matar árvores é assassinato” (Zé Claudio).

Equipe do LASAT/NCADR/UFPA

William Santos de Assis

Luis Mauro Santos Silva

Myriam Oliveira

Claudionisio Souza

Equipe Editorial

ABA - Agroecologia